

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.487.358 - SP (2019/0106508-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **LARISSA PEREIRA DOS SANTOS**
ADVOGADOS : **MARCELO RODRIGUES BARRETO JÚNIOR - SP213448**
DENISE FORMITAG LUPPI - SP228850
RAFAEL HENRIQUE DE SOUZA - SP346085
AGRAVADO : **COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SAO PAULO**
ADVOGADOS : **JORDANA DY THAIAN ISAAC ANTONIOLLI - SP202266**
TATIANA GUIDINI GUERRA - SP192834

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. TRANSPORTE COLETIVO. IMPORTUNAÇÃO SEXUAL. FATO OCORRIDO NO INTERIOR DA COMPOSIÇÃO FÉRREA. RELEVÂNCIA DA MATÉRIA CONTROVERTIDA. AGRAVO PROVIDO PARA DETERMINAR SUA CONVERSÃO EM RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Depreende-se dos autos que Larissa Pereira dos Santos ajuizou ação de indenização por danos morais em desfavor da Companhia do Metropolitano de São Paulo, ao argumento de ter sido vítima de importunação sexual praticada por outro passageiro no interior de uma composição de metrô da empresa ré, na Estação Paraíso, em 13/11/2015.

Narrou a autora que, em um primeiro momento, em razão de estar em choque com o referido fato, não relatou a importunação aos responsáveis pela segurança do metrô. Aduziu, entretanto, que, nos dias seguintes em que utilizou o transporte metroviário, voltou a deparar-se com o seu agressor, ocasião em que informou o ocorrido aos seguranças da empresa ré, que conduziram o indivíduo para registro do boletim de ocorrência na delegacia do metropolitano.

Diante disso, afirmou que apresentava medo e pavor de utilizar novamente o sistema de transporte, por ter receio de que a situação acontecesse novamente. Postulou, então, pela condenação da ré ao pagamento de indenização pelos danos extrapatrimoniais sofridos.

O Magistrado de primeiro grau julgou improcedente a ação, condenando a parte autora ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, estes últimos fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa.

Em seguida, a autora interpôs apelação, à qual a Vigésima Quarta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou provimento em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 174):

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. Transporte de passageiros. Assédio sexual ocorrido em vagão de metrô. Sentença de improcedência. Irresignação da parte autora. Descabimento. Cerceamento de defesa não configurado. Fatos narrados que são estranhos ao contrato de transporte, atividade principal desenvolvida pela parte ré. Nexos de causalidade não configurado. Fortuito externo. Parte ré demonstrou a realização de campanhas destinadas a prevenir os atos em comento, bem como promoveu os atos que lhe competiam para apurar a ocorrência dos fatos. Responsabilidade civil não configurada. Honorários sucumbenciais fixados no percentual mínimo previsto em lei. Honorários advocatícios majorados para o importe de 15% sobre o valor da causa, ressalvada a exigibilidade. Incidência da norma prevista no artigo 85, §11, do CPC. Sentença mantida. Aplicação do art. 252 do RITJSP. Recurso não provido.

Irresignada, a autora interpôs recurso especial, com amparo nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, alegando, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 186, 212, IV, 734, 735, 927, 932, III, e 949 do Código Civil; 212, IV, 334, IV, do CPC/2015.

Sustentou, em síntese, que a responsabilidade civil do contrato de transporte de pessoas tem natureza objetiva, devendo ser a recorrida condenada ao pagamento de indenização por danos morais em decorrência do constrangimento e trauma experimentados, uma vez que a empresa recorrida "não cumpriu a sua obrigação de conduzir a sua passageira incólume ao seu destino, bem como proporcionar de forma adequada e sem vícios o serviço de transporte público de passageiros" (e-STJ, fl. 197).

Aduziu que, tendo em vista a responsabilidade objetiva da parte recorrida, o dever de indenizar o dano moral decorrente do assédio sofrido pela autora dentro do vagão do metrô não pode ser afastado com fundamento em culpa de terceiros.

Postulou, ao final, o provimento do recurso especial a fim de arbitrar valor de indenização a título de reparação moral justo e condizente com o caso concreto, além da condenação da recorrida ao pagamento da verba de sucumbência.

Contrarrazões às fls. 273-279 (e-STJ).

O Tribunal de origem não admitiu o processamento do recurso especial, o que levou a insurgente à interposição do presente agravo.

Contraminuta às fls. 237-248 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Considerando a relevância da matéria controvertida, a aparente divergência de entendimento sobre o tema entre as Turmas da Segunda Seção deste Superior Tribunal e os fundamentos trazidos no recurso, bem como atendidos os pressupostos de admissibilidade, dou provimento ao presente agravo para determinar a conversão em recurso especial, sem prejuízo de nova análise dos requisitos de admissibilidade, a fim de que a matéria seja mais bem examinada, com fulcro no art. 34, XVI, do RISTJ.

Publique-se.

Brasília, 03 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

